

(Re) pensando a função social da escola na atualidade

(Re) thinking the social school function nowadays

(Re) pensar la función social de la escuela hoy

Marli dos Santos de Oliveira*

Maria das Graças Fernandes de Amorim dos Reis**

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/serie-estudos.v22i44.893>

Resumo

O presente texto tem por objetivo analisar qual(is) a(s) função(es) social(is) atribuída(s) à escola sob a perspectiva de professores e alunos do Ensino Fundamental de escolas públicas de Naviraí, Mato Grosso do Sul, MS. Realizou-se uma revisão da literatura sobre o tema, subsidiando-se em autores como Saviani (2003), Rodrigues (1988), Freire (1996) Bourdieu e Passeron (1992), entre outros, além da realização de entrevistas com professores e alunos. Os participantes entrevistados concebem a função da escola como a de ensinar os conhecimentos historicamente produzidos, porém, nota-se dificuldades em definir o que de fato é essencial e o que é secundário no trabalho educativo escolar.

Palavras-chave

Educação formal; escola; função social; conhecimentos.

Abstract

This paper aims to analyze which one (s) to (s) function (s) social (s) to attribute (s) to school from the perspective of teachers and elementary school students from public schools in Naviraí, Mato Grosso do Sul, MS. We conducted a literature review on the topic, if subsidizing in authors like Saviani (2003), Rodrigues (1988), Freire (1996) Bourdieu and Passeron (1992), among others, as well as interviews with teachers and students. Respondents participants see the school's role as that of teaching the knowledge historically produced, however, there is difficulty in defining what in fact is essential and what is secondary in the school educational work.

Key words

Formal education; school; social role; knowledge.

Resumen

En este trabajo se pretende analizar cuál(s) a la función(s) social(s) seleccionado(s) a la escuela desde la perspectiva de los profesores y estudiantes de la escuela primaria de las escuelas públicas en Naviraí, Mato Grosso do Sul, MS. Se realizó una revisión de la literatura sobre el tema, con autores

* Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.

** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Naviraí, Mato Grosso do Sul, Brasil.

como Saviani (2003), Rodrigues (1988), Freire (1996) Bourdieu y Passeron (1992), entre otros, así como entrevistas con los profesores y estudiantes. Los encuestados los participantes a ver la función de la escuela como el conocimiento producido históricamente la enseñanza, sin embargo, hay dificultad en la definición de lo que realmente es esencial y lo secundario en el trabajo educativo de la escuela.

Palabras clave

Educación formal; escuela; función social; conocimiento.

1 INTRODUÇÃO

O homem existe no tempo, herda e incorpora saberes e modifica-se, na medida em que não está preso a um hoje, a um tempo reduzido que o esmaga, o homem têm pois, a possibilidade de emergir-se, temporalizar-se (FREIRE, 1967).

Nesse sentido, segundo Saviani (2003), o homem não se constitui como tal naturalmente, visto que não nasce sabendo pensar, sentir, agir, não nasce, portanto, sabendo ser homem. Logo, para saber sentir, agir e pensar etc., o homem precisa aprender, e isso implica, necessariamente, o trabalho educativo.

Sobre isso, o autor considera que esse fenômeno de aprendizagem manifesta-se, inicialmente, pelo próprio ato de viver, progredindo e diferenciando-se, até atingir o caráter institucional revelado com o surgimento da escola. Historicamente, a escola transforma-se, então, na forma principal e dominante de educação, no momento em que as relações sociais começam a prevalecer sobre as naturais, estabelecendo-se, portanto, o mundo da cultura, ou seja, o mundo produzido pelo homem (SAVIANI, 2003). Logo, [...] “não faz o menor sentido discutir abstratamen-

te sobre a educação, pois esta é uma dimensão da vida dos homens que se transforma historicamente, acompanhado e articulando-se às transformações dos modos de produzir a existência dos homens” (LOMBARDI, 2008, p. 4).

Dessa forma, o autor argumenta que o avanço das discussões sobre as perspectivas transformadoras da sociedade pressupõe, necessariamente, as discussões de um projeto de educação também revolucionário, uma vez que a educação é indissociável da sociedade e pode lhe servir de instrumento para a mudança ou para a manutenção das condições de subordinação entre classes da atual sociedade capitalista.

Percebe-se, portanto, a necessidade de que o homem tem em se (re) conhecer e compreender a organização social na qual se insere, para que assim, por meio de suas relações sociais, perceba-a e torne-se parte dela. Nesse sentido, a educação coloca-se como uma prática que contribui no processo de inserção ativa do homem na sociedade.

Ressalta-se, porém, que não há uma única forma e/ou modelo de educação, afinal como sugere Brandão (2007) devemos falar em educações. Sob essa perspectiva, há muitos pontos impor-

tantes que merecem argumentação e discussão, entretanto, toma-se neste estudo a educação escolar, prática socialmente construída, cujo trabalho educativo é o meio de possibilitar aos homens a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos, socializando-os.

Para Saviani (2003), a escola é uma instituição com o papel de socializar o saber sistematizado. Esse saber diz respeito ao “saber elaborado, e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular” (SAVIANI, 2003, p. 14). A escola tem a ver, portanto, com a ciência que é exatamente o saber metódico e sistematizado, e essa instituição torna-se necessária, uma vez que as novas gerações exigem a apropriação desse conhecimento.

Mas essa função da escola apresentada até agora não é óbvia? Sim, é óbvia. E essa própria obviedade, que, frequentemente, oculta problemas que escapam aos olhos humanos. Então por que continuar a tratar de um assunto, aparentemente, óbvio? Porque ainda hoje, com o avanço histórico da escola, não se tem claro, qual é a sua real função, atribuída pelos diferentes segmentos que a compõem: professores, pais, alunos etc. (SAVIANI, 2003).

Nesse contexto, tem-se como objetivo deste texto analisar qual (is) a (s) função (es) atribuída (s) à escola sob a perspectiva de professores do Ensino Fundamental de escolas públicas do município de Naviraí, MS. Para tanto, realizaram-se leituras acerca da temáti-

ca, além de entrevistas com os sujeitos participantes da pesquisa. Opta-se por professores do Ensino Fundamental uma vez que este abrange o maior público com faixa etária escolar obrigatória (BRASIL, 2013).

Considerando a atual grade curricular das escolas públicas, nota-se que as disciplinas com maior carga horária são as de Língua Portuguesa e Matemática. Portanto, são os professores dessas disciplinas que dispõem de maior tempo em sala de aula com os alunos. Um fator considerado na escolha dos professores relaciona-se ao tempo de atuação na escola, opta-se por professores que estejam atuando há mais de 10 anos, visto que com esse tempo de atuação pressupõe-se que possuam uma carga de experiências e vivências expressivas com os alunos no espaço escolar. De acordo com os critérios acima, participaram do estudo oito professoras¹ que atuam no Ensino Fundamental, sendo quatro atuantes nas séries iniciais, quatro nas séries finais do Ensino Fundamental, indicadas ao longo do trabalho com nomes fictícios, garantindo-lhes a não identificação.

A participação na pesquisa foi de escolas do município de Naviraí, MS, que apresentaram o melhor rendimento escolar de acordo com os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)² do ano de 2011. Esses resultados

¹ Utiliza-se o termo no feminino, visto que, todas as participantes são mulheres.

² O IDEB foi criado em 2007 e organiza-se em torno de uma escala de zero a dez. Esse índice

obtidos a partir dessas avaliações externas pressupõem que a escola esteja realizando uma função socialmente útil, ensinando a seus alunos os conhecimentos curriculares necessários à sua etapa de escolaridade.

As diversas funções atribuídas à escola pelos diferentes segmentos evidenciam que essa discussão ainda não é bem compreendida. Não se trata, portanto, de repetir o já apresentado e discutido no campo teórico educacional, se bem que essa (re) tomada indicaria que o que está se discutindo ainda não foi compreendido, modificado ou realizado (RODRIGUES, 1988).

Sobre as discussões acerca da escola pública brasileira, Alves (2006, p.191) apresenta que “[...] diante do comprometimento de sua função propriamente pedagógica, cujos indicadores são o anacronismo de sua organização didática e o aviltamento de seu conteúdo, a escola não tem exercido uma função socialmente útil”. A esse respeito, o autor coloca que o espaço escolar, atualmente, serve como um refeitório para os alunos, que se transformou em um importante espaço de convivência social e lazer para as crianças e os jovens, visto que “o espaço escolar tornou-se o único local reservado para eles na sociedade” (ALVES, 2006, p. 207).

Concomitante a isso, Rodrigues

sintetiza dois conceitos importantes no que diz respeito à qualidade da educação: a aprovação e a média de desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, sendo os resultados disponibilizados bienalmente (BRASIL, 2012).

(1988) coloca que a escola tem se convertido em aparelho responsável em resolver a questão do desemprego, da fome, da saúde, da segurança, da crise social etc., e essas funções que lhe são atribuídas tiram sua essência, transformando-a num espaço de múltiplas funções, impedindo-a, portanto, de realizar a sua tarefa central. O problema disso tudo, segundo Alves (2006), é que a escola não está provida das condições necessárias para realizar essas funções que a sociedade a impõe, realizando-as, portanto, precariamente.

Recorrendo aos dispostos legais, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, em seu artigo 205 coloca que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, estabelecendo, no artigo 206 princípios de igualdade, liberdade e pluralismo para o ensino ofertado (BRASIL, 1988).

Face ao exposto, justifica-se a escolha de discutir esse tema, visto que a escola é um espaço destinado, legalmente e obrigatoriamente a toda criança e adolescente. Logo, considerando as contradições da vida em sociedade, é importante se (re) discutir, constantemente, se a escola realiza uma função social e se esta é de fato útil para a sociedade atual.

O trabalho organiza-se da seguinte forma: Inicialmente, tem-se uma breve exposição acerca de algumas funções

historicamente atribuídas à escola, recorrendo-se a autores das seguintes perspectivas: os que percebem o espaço escolar como reprodutor das desigualdades sociais, e os que a percebem como um espaço de múltiplas possibilidades transformadoras. Em seguida, apresentam-se e discutem-se as percepções dos professores acerca da função social da escola, recorrendo à fundamentação selecionada para subsidiar as análises. Posteriormente, ao final do texto, fazem-se possíveis considerações finais, visto que a temática incita, a todo momento, novas buscas, novos questionamentos, novas possibilidades de recortes e análises.

2 (RE) VISITANDO A LITERATURA: ALGUMAS FUNÇÕES HISTORICAMENTE ATRIBUÍDAS À ESCOLA

Ao sistema escolar, historicamente, foram atribuídas muitas funções. Os escritos de Freire (1996) e Giroux (1997), por exemplo, apresentam ideias muito relevantes sobre a educação escolar e sua importância para com o processo de socialização dos indivíduos. Porém essa socialização, que possibilitará os indivíduos “participarem” da sociedade não é vista por eles como um processo mecânico e pacífico, ao contrário, é um processo que exige reflexão consciente e postura crítica dos envolvidos.

Sobre isso, Freire (1996), educador popular, que também discute educação escolar, apresenta que ensinar exige

reconhecer que a educação é ideológica, não devendo a escola se “adocicar” perante os problemas e se “miopizar” perante as injustiças. Acredita na transformação humana, na qual homens e mulheres estejam disponíveis à vida e a seus contratempos e se coloquem em favor de uma realidade justa, lutando contra a opressão das ideologias fatalistas, globalizadas e capitalistas.

O autor considera também que ensinar exige disponibilidade para o diálogo, de modo que o educador deve considerar os conhecimentos de seus alunos, dando-lhes oportunidade de se expressarem, considerando os variados tipos e formas de saberes, pois, a partir desses conhecimentos prévios, haverá a aquisição de novos saberes.

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. Como aprender a discutir e a debater com uma educação que impõe? Ditamos idéias. Não trocamos idéias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos *sobre* o educando. Não trabalhamos *com* ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque

a incorporação é o resultado de busca de algo que exige, de quem o tenta, esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção. (FREIRE, 1967, p. 97).

Giroux (1997), semelhante às ideias de Freire (1996), apresenta a Pedagogia Crítica da aprendizagem baseada em uma noção dialética dos conhecimentos e das práticas escolares que se colocam como úteis na construção de um currículo que seja realmente emancipador. Nesse sentido, os educadores, no que diz respeito às relações de poder que atuam sobre o espaço escolar, deveriam ter como noção chave de seu trabalho educativo o resgate da cultura dos grupos oprimidos.

Contrários a essa perspectiva, têm-se diversos autores que não percebem o ambiente escolar como espaço de aprendizado para a compreensão da vida, a não ser que essa compreensão esteja pautada simplesmente na adequação dos indivíduos para com o espaço que ele ocupará na sociedade. À escola cumpre, portanto, o papel de reprodutora das condições sociais.

A esse respeito, Althusser (1969), ao compreender a escola como um Aparelho Ideológico do Estado (AIE)³, expressa que, como tal, a escola assim como outras instituições é responsável

pela reprodução da qualificação da força de trabalho, fato que legitima o espaço que o indivíduo ocupará em sociedade, vindo a ser: oprimido ou opressor, burguês ou proletário; patrão ou empregado. São inúmeras as denominações, porém todas representam a dominação de uma classe sobre a outra, representam a exploração e desigualdade entre seres humanos.

Nesse sentido, a escola enquanto AIE é instituída e dominada pelo Estado, visto como uma máquina repressiva, que possibilita às classes dominantes assegurar sua dominação sobre a classe proletária, e esse processo se dá, sobretudo, na instituição escolar. Para o autor, mesmo que seja na escola que se aprenda, se reforce e se perpetue a ideologia dominante, esta não tem origem nela, uma vez que a inculcação das ideias dominantes origina-se na formação das classes sociais, no Estado e em seus aparelhos.

Apesar das críticas para com a escola, o autor reconhece que os AIE “podem ser não só o alvo, mas também o local da luta de classes” o que sugere a possibilidade de mudança nesses espaços que oprimem e legitimam as desigualdades sociais (ALTHUSSER, 1969, p. 49).

Semelhante às ideias de Althusser (1969), Bourdieu e Passeron (1992) percebem a escola como legitimadora dos privilégios sociais. A Sociologia da Educação de Bourdieu tem como especificidade a discussão acerca da herança cultural familiar, sendo que os indivíduos

³ Althusser designa como Aparelhos Ideológicos do Estado instituições distintas e especializadas, que atuam por meio da inculcação ideológica, a exemplo: O AIE religioso, AIE escolar, AIE familiar, AIE, jurídico, AIE político etc. (ALTHUSSER, 1969.)

oriundos das classes superiores, para o autor, possuem chances maiores de cursar um ensino superior e percorrer uma carreira escolar com êxito.

Nesse sentido, a posse de capital cultural favorece o desempenho escolar na medida em que facilita a aprendizagem dos conteúdos escolares⁴. Os gostos, as crenças, as posturas e os valores dos grupos dominantes, dissimuladamente apresentados como cultura universal, são basicamente o que a escola cobra de seus alunos (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

A esse respeito, os autores evidenciam ainda que a escola para esses indivíduos, na perspectiva de Bourdieu, seria como uma continuação da educação familiar, visto que os conhecimentos abordados pela escola, em sua maioria, são tratados no cotidiano das famílias com que possuem capital cultural.

A escola teria, assim, um papel ativo – ao definir seu currículo, seus métodos de ensino e suas formas de avaliação – no processo social de reprodução das desigualdades sociais. Mais do que isso, ela cumpriria o papel fundamental de legitimação dessas desigualdades,

⁴ Para Bourdieu “as referências culturais, os conhecimentos considerados legítimos (cultos, apropriados) e o domínio maior ou menor da língua culta, trazidos de casa por certas crianças, facilitariam o aprendizado escolar na medida em que funcionariam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 21).

ao dissimular as bases sociais destas, convertendo-as em diferenças acadêmicas e cognitivas, relacionadas aos méritos e dons individuais. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p.18-19).

Para Bourdieu e Passeron (1992), a Ação Pedagógica (AP) realizada no âmbito escolar reproduz a cultura dominante, de modo a contribuir na reprodução das estruturas das relações de força, visto que o sistema de ensino tende a assegurar esse monopólio por meio da violência simbólica.

Face ao exposto, percebe-se que os autores, ao analisarem as desigualdades presentes no sistema escolar, evidenciam também a reprodução e a legitimação dessas desigualdades em sociedade. Nessa perspectiva, percebe-se que a escola acaba por exaltar e, sobretudo, legitimar uma sociedade hierárquica, desigual e sem princípios de mudança ao inculcar nos indivíduos hábitos e pensamentos que os conduzem a não buscar a mudança necessária, sobrando-lhes o anonimato no sistema educacional e na sociedade.

As ideias apresentadas por Althusser (1969) e por Bourdieu e Passeron (1992) criticam o existente, explicitam seus mecanismos, mas não apresentam propostas práticas de intervenção, limitando-se a constatar a situação e demonstrar que ela não pode ser mudada, apresentando, portanto, um caráter não dialético, a-histórico. Logo, a prática educativa situa-se no âmbito da reprodução, pois situa-se, sempre,

no âmbito da Violência Simbólica e da inculcação ideológica (SAVIANI, 2003).

A educação escolar é, sim, determinada pela sociedade, entretanto essa ação é recíproca, o que significa que a escola, ao ser determinada pela sociedade, também age sobre seu determinante. Portanto, ao interferir na sociedade, a escola pode contribuir para a sua transformação (SAVIANI, 2003). Sendo assim, a maior necessidade dos indivíduos que compõem o espaço escolar é a de aprender para compreender a vida, compreenderem-se e a toda sociedade, e a escola como um todo deve oferecer-lhes essa experiência.

3 A PERCEPÇÃO DAS PROFESSORAS ACERCA DA ESCOLA

Evidenciando as perspectivas/posicionamentos das professoras participantes desse estudo, inicialmente, fez-se a seguinte pergunta: *Qual sua concepção de escola?*

Rachel: é um lugar onde o aluno deve aprender e ao mesmo tempo ensinar [...] o professor não está ali só para passar o conteúdo [...] a escola é um lugar de troca de conhecimento.

Lygia: minha concepção de escola é a educação, [...] de a criança aprender as coisas que tem relação com o cotidiano [...] para elas saberem ter essa capacidade e agir, lá fora, no mundo, com conhecimento.

Cecília: [...] a escola é o ponto de partida do ser humano.

Primeiro ele tem uma convivência com a família, que é uma parte mais emocional [...] Depois [...] ele vai à escola onde ele vai aprender a conviver em meio à sociedade. [...] dentro do meio de trabalho, como lidar com situações difíceis, como sonhar e realizar seus sonhos [...].

Clarisse: é uma instituição social de cunho educativo e tem a missão de socializar o saber, porque se não tiver escola não tem sociedade.

Hilda: [...] escola é tudo isso, âmbito de conhecimentos, valores, situações que fazem com que o cidadão tenha condições de viver com sociedade.

Ruth: é formar o cidadão para um futuro melhor, para exercer a cidadania se preparando para o mercado de trabalho [...].

Ana: [...] aquela instituição [...] onde o ser humano vai para aprimorar os seus conhecimentos [...] que vai fazer com que molde na verdade o ser humano [...] vai desenvolver toda a parte intelectual [...].

Cora: a escola [...] é um espaço muito importante, porque é na escola que os alunos têm contato com outras crianças [...] a escola deveria ser o melhor lugar para se aprender a ser um cidadão, a participar, e aprender os conteúdos que eles possam depois usar na

vida deles e transformar o lugar onde vivem. [...].

As colocações de Lygia, Cecília, Hilda, Ruth e Cora remetem-se, fortemente, para a relação entre a escola e a sociedade. Não há como negar a importante atribuição, dada ao espaço escolar, como instituição responsável para inserir, socialmente, os homens. É preciso, pois, que essa inserção seja de modo conscientemente político. Outro aspecto importante diz respeito à preparação para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania. Essas finalidades dadas ao espaço escolar encontram-se postas nos Artigos 1º e 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2013).

É importante considerar as contradições que podem ocorrer mediante a busca desses objetivos na educação escolar. Essa preparação para o trabalho não deve sobrepor-se ao preparo para o exercício da cidadania. Considerando a atual conjuntura capitalista, o projeto neoliberal proclama que as escolas preparem seus alunos, especialmente, para a competitividade do mercado (GENTILI; SILVA, 2012).

Não se pode desconsiderar do trabalho educativo a necessidade de se formar para o mundo do trabalho. É preciso que os profissionais da educação, ao conceberem a escola como espaço formador do homem, proporcione, diariamente, as condições reais para que essa formação para a vida ocorra, uma vez que, “se o fim a se alcançar é o homem como sujeito, a maneira e os mé-

todos utilizados precisam ser coerentes com esse fim” (PARO, 2010, p. 30). Logo, para se formar cidadãos, é necessário que a escola assuma de fato a cidadania, não a relegando e sobrepondo o aspecto econômico aos demais.

As falas de Ana e Cora chamam atenção pela utilização de dois termos que se contrapõem: “molde e transformação”. A escola não deve ajustar o homem, ao contrário, é preciso que lhe dê possibilidades de mudança por meio de sua tomada de consciência. O que possibilita o homem tornar-se histórico é a sua condição de sujeito (PARO, 2010). E o espaço escolar, ao buscar apenas ajustá-lo, moldá-lo, nega-lhe essa experiência.

Cora, além de ressaltar a escola como um espaço de socialização, apresenta a “utilidade” da aprendizagem dos conteúdos escolares para a transformação do espaço social. A realidade só pode ser modificada quando o homem descobre que pode fazê-la. (FREIRE, 2008). Nesse sentido, é importante que a escola, a partir de suas condições existentes, busque, de fato, contribuir para/na mudança social.

Após a exposição de suas concepções acerca da escola, perguntou-se, às professoras: *A escola cumpre uma função social? Qual?* Sobre isso, as professoras responderam que:

Clarisse [...] é o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, tanto física, cognitiva, afetiva, por meio da aprendizagem dos conteúdos. [...] E com o objetivo bem claro,

onde os alunos vão se tornar cidadãos capazes de transformar a sociedade.

Rachel [...] a escola acaba tendo a função de formar pessoas pensantes, pessoas críticas, mas ao mesmo tempo a gente tem a função de educar, o que é errado [...] a criança deveria vir de casa com a educação, pelo menos, com a personalidade formada [...].

Ana [...] a escola está inserida dentro do contexto de uma sociedade, ela é uma célula ali dentro [...] e muitas vezes esse contexto [...] não deixa a escola cumprir, em especial o papel verdadeiramente dela, que é [...] desenvolver os conteúdos [...] ela acaba assumindo a parte da família [...] da saúde [...] de promotora [...].

Lygia [...] em relação à aprendizagem [...] estando na escola a gente cumpre esse papel de socialização de conhecimento.

Cecília [...] ela não tem só o papel de ensinar a matéria [...] ela tem parte de envolver toda a situação que está lá fora, tanto política, como na parte social [...].

Cora [...] sim porque na escola nós trabalhamos muito sobre cidadania, sobre meio ambiente, sobre ética, então quando o aluno consegue entender isso eu acho que ela cumpre uma função social [...].

Ruth [...] preparar o cidadão como um ser consciente e responsável para viver em sociedade [...]

Hilda a escola é uma instituição social de saber, onde nós, educadores, trabalhamos em função do aluno, buscamos transmitir, aos alunos, uma total autonomia, porque a gente ensina, mas também aprende muito com eles. [...].

Clarisse, Rachel, Lygia e Ana reconhecem como função da escola a socialização dos conteúdos historicamente produzidos. Rachel e Ana citam também a delegação de inúmeras atribuições dadas ao espaço escolar. Sobre isso é interessante destacar que, conforme apresenta Saviani (2003), em conformidade com Rodrigues (1988), à educação escolar têm sido atribuídas diversas funções, retirando sua essência e tarefa central. É preciso dar lugar secundário ao que é secundário no espaço escolar, sob pena de substituir ou prejudicar o que de fato é essencial.

Diferente em alguns aspectos na fala de Cecília e Cora percebe-se que a escola tem, sim, a função de abranger os demais aspectos sociais, trazendo-os para dentro do espaço escolar. É fato que o Estado não se contrapõe à incorporação de diversas funções à escola, visto que, normalmente, essas funções dizem respeito a direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes (ALVES, 2006).

A esse respeito, Rodrigues (1988), ao discutir as funções da escola pública,

apresenta que “a escola se converte em aparelho para resolver a questão da fome, da crise social, do desemprego, da saúde, da segurança [...] a escola não dá conta de realizar o que é a sua tarefa central: alfabetizar, ensinar história, geografia e ciências. Aí, diz-se que ela é incompetente” (RODRIGUES, 1988, p. 55). Logo, a escola tem que trabalhar com os conteúdos escolares sem desconsiderar as problemáticas sociais, visto que os aspectos relacionados à crise social interferem no processo de aprendizagem dos alunos que frequentam a escola.

Outro aspecto presente na fala das professoras, direta ou indiretamente, diz respeito à cidadania. A escola tem por função preparar o indivíduo para o exercício da cidadania, e isso significa que essa formação deve contemplar as influências mundiais da cultura, da economia, da ciência e da política. É necessário considerar que a preparação para a cidadania na escola se dá por meio da prática. “Pode se fazer um discurso democrático na escola: se a prática da escola for autoritária, se ensinará muito mais o comportamento autoritário do que a prática democrática” [...] (RODRIGUES, 1988, p. 69).

Dando sequência, perguntou-se às professoras: *A escola tem pontos positivos? E negativos? Quais?*

Rachel: os pontos positivos [...] nós formamos pessoas pensantes, nós pelo menos tentamos formar pessoas críticas. E o ponto negativo é [...] os pais, não vou dizer todos, [...] acabam depositando as crianças

assim como uma forma de dizer: eu não consigo, tó, você eduque [...].

Cecília: [...] o maior ponto positivo é quando ela traz o ser humano [...] e consegue transformar e vida desse ser humano. Agora o negativo é [...] quando muitos deixam de se envolver com os alunos [...] permitir que eles evadam, saíam, e para eles seja um alívio [...].

Lygia: [...] a escola trabalha com essa socialização do aprendizado [...] aprender com a problematização, com a interação social [...] A parte negativa [...] a parte material, [...] ter sempre um psicólogo [...]ter esse profissional na escola ajudaria bastante.

Ruth: Muitos [...] nossa escola é bem situada, bem localizada, bem estruturada, tem o apoio de vários professores para dar apoio ao educando que é o nosso foco principal [...]. E o negativo [...] é tudo conseguido com rifas, o governo não dá auxílio suficiente.

Ana: [...] se ela chegasse a focar, realmente, no papel dela eu penso que a nossa sociedade iria receber pessoas melhores preparadas [...] Os alunos ficam com as gavetinhas: gavetinha de português [...] de matemática e nunca sabe quando junta tudo.

Cora: [...] Quando eu digo dessa interação, dessa troca [...] a escola está se modernizando com as tecnologias [...] é um ponto positivo. [...] Os pontos negativos [...] muitos alunos eles não se interessam com aquilo que é ensinado [...] e essa obrigatoriedade de horários, de estudar tudo nos horários certos [...] o aluno tinha que ter liberdade para poder escolher, estudar conteúdos que eles gostem [...].

Clarisse: Os positivos [...] ela é capaz de transformar, através da educação, que é a única arma que a gente pode transformar o mundo. [...] a tecnologia na escola, é um ponto positivo, se torna negativo por que muitas vezes não funciona. [...] ainda existem falhas. [...] E um dos pontos mais negativos [...] são aqueles alunos que não tem vontade de aprender [...].

Hilda: [...] os pontos positivos é que hoje em dia a gente tem se preparado melhor para trabalhar com os alunos [...] recursos tecnológicos, livros, material [...] principalmente o apoio pedagógico da escola, da direção, coordenação [...] os pontos negativos [...] é a falta de interesse por parte de muitos alunos [...] o professor tem que estar se adequando com essas tecnologias, tem que estar inovando nas didáticas,

porque se não você fala e o aluno não presta atenção [...].

A partir das falas, nota-se que a socialização do conhecimento coloca-se como um ponto positivo elencado pelas professoras, além da possibilidade transformadora da educação escolar, presente na fala da Cecília e da Clarisse, bem como a reflexão crítica apontada por Rachel. Sobre isso, é interessante destacar que, ao se buscar a formação de um cidadão crítico, é necessário dar-lhe elementos para que ele faça a crítica, ou seja, é preciso conhecer aquilo que se quer criticar ou modificar, sob pena de cair no espontaneísmo. “A escola por si só, não *forma* o cidadão; a escola o prepara, o instrumentaliza, dá condições para que ele possa se formar e se construir” [...] (RODRIGUES, 1988, p. 56).

Positivamente, Hilda, Cora e Clarisse destacam as tecnologias no espaço escolar, sendo que Hilda ainda ressalta a preparação docente e o apoio material e pedagógico disponibilizado pela escola. Semelhantemente, no que diz respeito às tecnologias, Clarisse coloca que a ineficácia de alguns desses recursos os torna pontos negativos.

A esse respeito, recorre-se a Alves (2006, p. 233), que coloca que a vigente organização do trabalho didático, que de certo modo, ignora os avanços tecnológicos e/ou incorpora precariamente, iniciada com Comenius no século XVII, precisa ser superada por uma nova organização, de fato, compatível com as necessidades e com os recursos contemporâneos. Logo, é necessário que a escola acom-

panhe a sociedade atual, visto que, ao se buscar a preparar para o exercício da cidadania e a qualificar para o mercado de trabalho, a articulação com o andamento das questões sociais é imprescindível, e a tecnologia faz parte disso.

Em relação aos pontos negativos, destacam-se a falta de interesse dos alunos e participação por parte dos pais, presentes nas falas de Hilda, Clarisse, Cora e Rachel. Nesse sentido, inicialmente, surgem algumas questões: Por que os pais e alunos não se envolvem com a escola? Seria por indisposição? Por falta de espaço? Oportunidade? É fato que a busca dessas respostas renderia diversas pesquisas. Entretanto atenta-se para o desinteresse do aluno, apontado nas falas.

Saviani (2003, p. 75) coloca que, inicialmente, deve-se, enquanto professor, se perguntar: “para que serve ensinar uma disciplina como geografia, história ou português aos alunos concretos com os quais se vai trabalhar? Em que medida essas disciplinas são relevantes para o progresso, para avanço e para o desenvolvimento dos alunos?” Sobre isso, o autor destaca a importância da transposição didática. A transformação do saber elaborado para o saber escolar diz respeito à seleção dos saberes relevantes para que os alunos cresçam, intelectualmente, a partir de métodos e formas que possibilitam a assimilação dos conteúdos escolares.

O desinteresse dos alunos relaciona-se com variados fatores. Um deles pode ter relação com a transposição

didática apontada acima. Outro pode ser o anacronismo da escola frente às tecnologias. A questão é que aos professores é dado o desafio, diário, de atender as exigências dos alunos, as quais, às vezes, são contrárias às feitas pela sociedade. A formação do aluno na escola deve direcionar-se às suas condições concretas. O professor deve atentar-se para isso e, por meio de sua competência técnica, exercer/desenvolver o seu compromisso político, ampliando os saberes dos alunos, dando-lhes condições de se desenvolverem social e intelectualmente (SAVIANI, 2003).

Em relação à falta de materiais e profissionais, nota-se que, de fato, “[...] a qualidade já existe – qualidade de vida, qualidade de educação, qualidade de saúde. Mas apenas para alguns [...]” (SILVA, 2012, p. 20). A qualidade que se exige da escola, do trabalho docente, demanda, sobretudo, condições concretas para seu alcance. É necessário subsidiar a prática educativa com os recursos necessários ao bom desenvolvimento das atividades. Se a educação é “para todos” deve-se lembrar que não há empregos “para todos” (CORRAGIO, 2009). Logo, a escola, ao destinar-se a toda população, deve atendê-la com qualidade e com os materiais necessários, não desconsiderando a realidade socioeconômica de seus alunos.

Finalizando a apresentação das percepções das professoras, perguntou-se: *Você mudaria a escola? O quê? Como? Por quê?*

Rachel: Eu mudaria [...] a escola ela deveria dar mais respaldo

para o professor, pra ele ter como preparar a aula, ter tempo para corrigir provas, ter tempo para mostrar para os alunos onde é que eles erraram, por que que eles erraram, como ele errou, como ele poderia acertar [...] Hoje em dia eles cobram nota, mas e o conhecimento? Será que o aluno adquiriu? Será que o aluno absorveu aquilo que foi passado? [...] mudaria o sistema [...] deveria ser qualidade [...].

Cecília: [...] eu gostaria que a escola se envolvesse num todo [...] e os alunos também, juntamente com os pais [...] porque hoje os pais são muito distantes [...]

Hilda: [...] eu mudaria a escola, mas eu mudaria, assim, os comportamentos dos alunos. É uma questão realmente de falta de interesse, falta de disciplina [...] o maior problema que a gente tem em indisciplina é por falta de acompanhamento dos pais [...].

Cora: [...] eu mudaria essa forma rígida de conteúdo, eu acho que talvez isso faça com que o aluno perca o interesse. [...] eu mudaria esse lado, a liberdade maior de participação do aluno na escolha daquilo que ele quer estudar.

Ana: [...] eu mudaria [...] nesse sentido de focar realmente no que é essencial para o desenvolvimento intelectual do ser

humano que é aprimorar o saber. [...] o ambiente ser melhor preparado, mais acolhedor [...].

Lygia: Eu mudaria essa parte material [...] em relação aos acervos, a tecnologia, livros e outras coisas [...] que ajudariam bastante, um laboratório na escola, outros profissionais [...] para que se aprendesse melhor.

Clarisse: a escola [...] deveria ser mais atraente, mais equipada, mais moderna, que tudo funcionasse [...]. Mudaria o currículo, tiraria algumas matérias que não levam a nada [...] colocaria mais segurança nas escolas, mais valorização dos profissionais [...]. A escola ela é uma instituição social, mas nem por isso ela tem que resolver todos os problemas que existem na sociedade [...] tudo é a escola [...] a gente está sufocado, muita coisa para fazer, pouco valorizada, muito criticada. [...]

Ruth: Eu adotaria período integral [...] o específico do estudo era um período e no outro período seria artes, dança [...] para abranger as crianças que ficam na rua, que não tem lugar onde ficar.

Nota-se que as mudanças sugeridas articulam-se com os pontos negativos apontados na pergunta anterior. Maior envolvimento dos pais/alunos/funcionários; Autonomia docente e discente; Precariedade da parte material; Mudanças no Currículo; Anacronismo

tecnológico etc. são algumas das necessidades de mudanças elencadas pelas professoras. Clarisse aponta o sufocamento do espaço escolar, dada à atribuição de variadas funções. Sobre isso, recorre-se a Alves (2006, p. 230) ao apontar que, na escola, há “um cabedal de funções sociais que a sociedade vem incorporando ao estabelecimento escolar e que este, desprovido das condições adequadas, tem começado a realizar precariamente”.

Para que a escola, de fato, exerça sua função pedagógica, é preciso ir à raiz dos problemas, não reduzindo-os somente aos aspectos materiais ou a questões conjunturais. O financiamento da educação é um aspecto muito importante, de modo que a escola não deve ser vista como uma empresa que deve realizar serviços com o menor custo possível. As políticas de financiamento devem contemplar o espaço escolar com os recursos necessários.

Algumas propostas dos financiadores externos do Brasil, como o Banco Mundial colocam que: [...] é melhor investir em livro didático e não em salários ou em capacitação a longo prazo de professores, é melhor financiar a merenda escolar e não modificar as condições que fazem com que os alunos cheguem famintos à escola [...]”. (CORRAGIO, 2009, p. 108).

Há questões que eclodem no espaço escolar, e que o Estado tenta, de alguma forma, minimizar, precariamente. A questão do desinteresse dos alunos, dos pais e dos próprios trabalhadores da

escola podem se justificar por variáveis internas e externas ao ambiente escolar. Se é função da escola, legalmente, desenvolver plenamente o cidadão que nela está inserido, a escola deve, portanto, contemplar todas as variáveis que dizem respeito a esse cidadão? Saúde, moradia digna, alimentação saudável, lazer etc. são questões essenciais a todo ser humano e que podem interferir positiva ou negativamente no desenvolvimento das atividades escolares, e, conseqüentemente no alcance desse pleno desenvolvimento.

É preciso, pois, que não se perca a essência da escola: trabalhar com os conteúdos que dizem respeito ao conhecimento historicamente produzido (RODRIGUES, 1988; SAVIANI, 2003). Mais do que isso, é preciso comprometer-se, diariamente, com a tarefa educativa: ensinar e não transferir conhecimento (FREIRE, 1996). Mas como fazer isso? Reconhecendo a educação escolar como um ato político, compreendendo-a como uma necessidade social que precisa garantir, a todos, indiferentemente, de classe e/ou grupo social, as possibilidades de desenvolvimento, de mudanças, de transformação, de autonomia, de diálogo, de ser homem, de historicizar-se, de emergir-se, temporalizar-se (SAVIANI, 2003; FREIRE, 1996; RODRIGUES, 1988).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É difícil finalizar um texto que mais abriu discussões do que encaminhou respostas (LOMBARDI; SAVIANI, 2008). Notou-se, por meio deste estudo, que,

historicamente, o espaço escolar tem sido alvo de muitos teóricos, pesquisadores e educadores, haja vista sua importância social. Alguns se posicionam a favor da escola como um instrumento possível de corroborar para/na mudança social, outros apontam que a escola é apenas determinada pela sociedade e que reproduz, pura e simplesmente, as desigualdades sociais.

A esse respeito é importante destacar que, em vários momentos, notou-se, ao mesmo tempo, uma aglutinação e dissociação de dois conceitos: educar e ensinar. A educação não se reduz ao ensino, mas o ensino é educação (SAVIANI, 2003). Logo, na educação escolar, além de se ensinar as áreas específicas do conhecimento, matemática, ciências, história etc., integram-se outras dimensões da vida: social, emocional etc., integração essa que deve contribuir para modificar as relações sociais diversas, especialmente as injustas.

Em relação a essa função social da escola constatada, percebe-se que ela, para os participantes da pesquisa, não se reduz somente à reprodução das desigualdades sociais, diferenciando-se, portanto, a funções que lhe fora atribuída historicamente. Concomitante, nota-se que, em muitos momentos, a escola é percebida como um espaço de formação para atuação crítica na sociedade, designada, portanto, a contribuir conscientemente nessa busca de mudança social, por meio da prática educativa desenvolvida com/entre os que frequentam esse espaço.

É importante ressaltar que a escola sofre em relação ao alcance ou realização dessa função. Fatores externos à escola, como a fome, o desemprego, a miséria etc. interferem na prática educativa, visto que são questões também essenciais ao homem. Há, também, os princípios neoliberais que inserem na escola a competitividade do mercado, exigindo uma formação que atenda tão somente as questões econômicas. Nesse sentido, a rotina escolar é invadida por avaliações externas, programas etc. que visam tão somente, aferir em que medida a escola está fortalecendo e contribuindo para a manutenção dessa lógica social.

Sobre isso, constata-se, novamente, a importância da escola, tanto ao nível individual como também social. Dado à lógica do capitalismo, o espaço escolar acaba sendo idealizado, por excelência, como o meio possível para inserção, manutenção e ascensão social dos indivíduos. Entretanto, por mais que todos estudem, concluam os mais elevados níveis escolares, não há emprego para todos, haja vista, cada vez mais, todas as contradições do capital.

Logo, é preciso acreditar que, embora a escolaridade não garanta um espaço no mercado de trabalho a todos, ela deve e pode garantir o acesso e a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos, (re) significando-os, utilizando-os como instrumentos de conscientização, de inserção crítica na sociedade, como uma garantia de que o aspecto econômico não seja internalizado nos homens, como superior

e predominante ao aspecto social.

Os dados permitem inferir que as mudanças necessárias na escola, apontadas pelas professoras, dizem respeito a questões estruturais, mas, sobretudo à postura do aluno frente sua aprendizagem. Há que se buscar um diálogo, uma fuga das rotinas corporativistas e dos interesses particulares imediatos, e também há que se (re) pensar a didática e a organização da escola a fim de que ela cumpra sua função social (ALVES, 2006).

Por fim, percebe-se que, nas escolas e nas salas de aula, é que as re-

lações efetivamente acontecem, e que, portanto, ao se pensar na importância social da escola, deve-se olhar mais atentamente às percepções dos sujeitos que compõem esse espaço, sob pena de (des) caracterizar a seriedade da prática nele desenvolvida. Isso demonstra, sem dúvida, a necessidade de se (re) pensar a função social da escola, a fim de que, a partir dessas reflexões, compreendam-se, minimamente, os conflitos, as tensões e, sobretudo, as possibilidades, transformadoras dadas a esse espaço social educativo.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. [S.l.: s.n.], 1969.
- ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea*. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 8. ed. Brasília: Edições Câmara, 2013.
- _____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Aníziu Teixeira. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. 2012. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2014.
- _____. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28 ago. 2015.
- CORRAGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problema de concepção? In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Educação e Mudança*. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1967.

GENTILI, Pablo Antonio Amadeo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GIROUX, Henry. *Os professores como intelectuais: rumo a uma Pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 78, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

PARO, Vitor Henrique. *Educação como exercício de poder: crítica ao senso comum em educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUES, Neidson. *Da mistificação da escola à escola necessária*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo Antonio Amadeo; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Sobre as autoras:

Marli dos Santos de Oliveira: Pedagoga pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados. **E-mail:** marli.oliveiras@hotmail.com

Maria das Graças Fernandes de Amorim dos Reis: Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é professora adjunta do curso de Pedagogia da UFMS, campus de Naviraí. **E-mail:** gmgrg@ig.com

Recebido em janeiro de 2016.

Aprovado para publicação em agosto de 2016.